

O Porto Maravilha-RJ e a influência turística: A Pequena África e o processo de desterritorialização

Carolina Mara Teixeira¹

Resumo

A cidade do Rio de Janeiro, precisamente o espaço da zona portuária, que também abrange os bairros Saúde, Gamboa e Santo Cristo, denominada Pequena África, ganhou um projeto de revitalização, conhecido como Porto Maravilha, o qual vem proporcionando um processo de desterritorialização de um lugar de memória. Dessa maneira, o presente artigo apresenta um estudo, utilizando-se de um método bibliográfico e qualitativo, a respeito da revitalização da zona portuária, abordando o projeto Porto Maravilha, na cidade do Rio de Janeiro, que propõe uma discussão sobre um desequilíbrio regional mediante a política localista na região, assim como a relação da atuação dos governantes na aplicação de recursos para a promoção e o fomento da atividade turística no local, que vem desencadeando problemas como o processo de gentrificação e desvalorização da herança africana que afetam os atores sociais no território.

Palavras-chave: Porto Maravilha, Pequena África, Desterritorialização, Gentrificação, Turismo.

The Porto Maravilha-RJ and the tourist influence: Little Africa and the process of deterritorialization

Abstract

The city of Rio de Janeiro, precisely the area of the port area, which also covers the neighborhoods of Saúde, Gamboa and Santo Cristo, called Pequena África, has won a revitalization project, known as Porto Maravilha, which has been providing a process of deterritorialization of a place of memory. In this way, the present article presents a study, using a bibliographical and qualitative method, regarding the revitalization of the port area, addressing the project Porto Maravilha, in the city of Rio de Janeiro, which proposes a discussion about a regional imbalance through the local politics in the region, as well as the relation of the actions of the governors in the application of resources for the promotion and the promotion of the tourist activity in the place, that has been unleashing problems as the process of gentrification and devaluation of the African inheritance that affect the social actors in the territory.

Keywords: Porto Maravilha, Pequena África, Deterritorialization, Gentrification, Tourism.

Introdução

A cidade do Rio de Janeiro, precisamente o espaço da zona portuária, que também abrange os bairros Saúde, Gamboa e Santo Cristo, denominada Pequena

¹ 1 Bacharel em Turismo (UFRRJ). Mestranda em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (UFRRJ). Pós-Graduanda em Relações Étnico-Raciais e Educação (CEFET/ RJ) E-mail: caarol_mara@hotmail.com

África, ganhou um Projeto de Revitalização, conhecido como Porto Maravilha, implementado para sediar parte das Olimpíadas de 2016 que ocorreram na cidade do Rio, com o objetivo de requalificação urbana, visando recuperação da infraestrutura urbana, do meio ambiente, os patrimônios históricos e culturais, além de melhorar as condições habitacionais da região portuária do município.

Entretanto, este artigo tem como foco de estudo sobre a revitalização da zona portuária da cidade do Rio de Janeiro que recai sobre a questão do desequilíbrio regional e da discussão sobre a política localista na região. Pois, percebe-se através de dados primários e secundários que a aplicação dos recursos públicos são dirigidos aos bairros nobres da cidade e como os governantes atuam na promoção dessa área através da atividade turística no cenário internacional alegando ser algo único, um lugar que reúne a modernidade de uma grande metrópole, porém, tornando invisível a herança africana e afro-brasileira contida na cidade e a longa história sobre a escravidão, a qual reside naquele espaço. (FERREIRA, 2010)

A atuação do governo e as características do projeto de revitalização no território que estão sendo abordadas neste artigo, viabilizam como resultado um processo de desterritorialização da Pequena África, e conseqüentemente proporcionam o fenômeno de gentrificação, processo este associado à modernização e ao deslocamento, ou seja, refere-se à investimento em infraestrutura, maior valorização do local e à melhoria de antigos prédios em determinadas áreas residenciais, encarecendo o espaço e propiciando o deslocamento dos antigos moradores que ali residiam. Esta mobilização dos fatores propiciam e desencadeiam também numa forma de expulsão da memória e história deste espaço. (GIANELLA, 2013).

Desta forma, o presente trabalho, utilizou-se da metodologia baseada em análise de dados primários e secundários, como observações em campo e revisão bibliográfica, usufruindo de referências (livros, artigos acadêmicos, reportagens) sobre o conceito de desterritorialização e gentrificação, além de dados que contribuíram para compreender, identificar e apresentar, de forma sucinta e reflexiva, como estes problemas e emblemas conseqüentes do projeto Porto Maravilha na cidade do Rio de Janeiro, partindo analiticamente do fomento da atividade turística na região da zona portuária, especificamente na Pequena África, influencia na vida do morador local, em razão do seu lugar de memória e resistência de uma cultura, precisamente abordando a identidade afro-brasileira.

2 - O projeto Porto Maravilha-RJ e o novo olhar sobre a região Portuária

A região da zona portuária da cidade do Rio de Janeiro, que compõem os bairros Saúde, Santo Cristo, Gamboa, Caju e São Cristóvão foram durante muitos anos considerados espaços importantes para a prática das atividades econômicas, industriais e comerciais.

No decorrer do século XX, a zona portuária foi tecnicamente vista como um lugar abandonado, sem infraestrutura urbana, péssima qualidade de vida os moradores locais, alto índice de prostituição, comércio de drogas ilícitas e alto nível de violência (MARTINS, 2015). Assim, com o descaso da região houve uma segregação territorial em relação ao restante da cidade, apesar da importância na representatividade ao crescimento econômico do Estado do Rio de Janeiro. (ANGOTTI, 2016)

No final do século XX e início do século XXI, começaram a ser debatidos meios sobre a revitalização da Zona Portuária do Rio de Janeiro, porém apenas em 2009 foram criadas e colocadas em prática a Operação Urbana Consorciada (UOC) e a Companhia de Desenvolvimento Urbano Regional do Porto Maravilha (CDURP).

Segundo Martins (2015), a Operação Urbana Consorciada (OUC) Porto Maravilha representa um conjunto de intervenções urbanísticas, viárias, imobiliárias e financeiras que envolve o poder público e privado, como o maior consórcio com parceria público-privado (PPP).

Atualmente, considera-se que a zona portuária caracteriza-se por ser uma área moldada economicamente, ou seja, percebe-se, um processo de intensa transformação de suas territorialidades, o qual está relacionado ao ideário neoliberal, este que está dividido em dois eixos, um pela política pública do Estado que é orientada pela competitividade no território, e o outro, pelo mercado, que busca a concorrência perfeita com a expansão de empresas na região.

Desta forma, a análise feito é de como o Estado contribui na ocultação das informações nesse território, pois não há uma preocupação quanto à formação histórica do local e satisfação das necessidades e anseios das diversas populações

construção de relações sociais e relações de poder que desvirtuam na formação do território.

Os espaços diferem de acordo com suas características materiais e imateriais, ou seja, os seus recursos biofísicos e humanos, relações sociais, modos de produção e a sua cultura. A partir de relações específicas com homem versus meio, as sociedades historicamente construíram identidades territoriais próprias, com seus signos, símbolos e pertencimentos. (CHELOTTI, 2010, p. 173)

Desta forma, segundo Lévesque (2009), embora o conceito de território possa ser utilizado tanto em relação ao nível regional quanto ao nacional, ele tem sido cada vez mais utilizado para designar o nível local, referindo-se, por exemplo, aos efeitos de proximidade e aos regimes territoriais de governança.

Bonnemaison (2002) dedica-se a ideia de que a cultura não pode ser separada da ideia de território, pois a formação de território está atribuída a uma construção social, e é pela existência de uma cultura que se cria um território e é por ele que se exprime a relação simbólica existente entre a cultura e o espaço que abrange a identidade de um grupo social.

Chelotti (2010, p.171) dedica-se a ideia de que a identidade é construída por subjetividades individuais e coletivas e pode estar relacionada a grupos sociais ou ao pertencimento territorial, ocorrendo desta forma uma inserção simbólica dentro de um discurso geográfico. Assim, o processo de desterritorialização torna-se compreensível e objetivo ao contexto deste trabalho, visto que este processo ocorre com múltiplas implicações, sejam nas esferas sociais, econômicas, políticas ou culturais.

A iniciativa da revitalização da zona portuária, incorporada dentro de um projeto neoliberalista que é o Porto Maravilha, tende a apagar as diversificadas narrativas produtivas existentes no território inserido, a respeito da herança e cultura africana e afro-brasileira. Apesar da elaboração de um Circuito de Celebração da Herança Africana (foto 2), criado pelo decreto n.º 34803 de 29 de novembro de 2011, que tem como intuito buscar resgatar a cultura afro-diaspórica, este circuito se molda em se encaixar nas atividades turísticas, como forma de espetacularização do negro e sua trajetória.



Foto 2: Circuito Histórico Arqueológico da Celebração da Herança Africana. Fonte: <http://portomaravilha.com.br/circuito>

Segundo Ribeiro (2014, p. 1276) o projeto Porto Maravilha que tem como objetivo as reformas urbanas na zona portuária, com visão econômica, ambiental e social, desencadeia o processo de branqueamento do território, a partir de remoções que estão acontecendo no local, proporcionando o fenômeno da gentrificação.

Esse processo de embranquecimento podem ser observados nos locais, como a Pedra do Sal, a rua Sacadura Cabral, Instituto dos Pretos Novos, Cais do Valongo, entre outros, pois apresentam-se como espaços capturados para o turismo, para a especulação imobiliária, e para obras de infraestrutura, as quais não se destinam para a população ali residentes. Como resultado e influência do projeto do Porto Maravilha, o espaço em estudo sofre um disparate no aumento do custo de vida e das desigualdades sociais, promovendo e enraizando ainda mais um racismo ambiental, um racismo epistêmico, propagando a segregação racial e a desvalorização cultural e identitária como referente ao lugar de memória do povo negro. (RIBEIRO, 2014, p.1276)

5 - Considerações

Este artigo traz a percepção de que a região da Pequena África vem sofrendo uma desvalorização cultural em decorrência de um projeto de revitalização da zona portuária, tendo o governo local se apropriado da atividade turística em segundo plano para fomentar a aplicação de uma política localista, como a criação do Porto Maravilha-RJ, que nutre um sentimento de invisibilidade da cultura afro-brasileira e a

desvalorização e desrespeito com o lugar de memória de determinados grupos étnico-raciais, resultando ainda em um problema urbano como o processo de gentrificação e o aumento do potencial turístico na região, e com isso a necessidade de fortalecer e preservar o lugar de memória, pertencimento e identidade cultural afro-brasileira, dando visibilidade aos residentes e valorizando suas lutas raciais.

Os processos de remoções na Zona Portuária, proporcionam um início de um problema social que é a gentrificação. A gentrificação propicia também a distorção de patrimônios imateriais e de pertencimento local, como a desestruturação de memórias coletivas e um desequilíbrio territorial quanto a questão de identidade.

A notável luta dos atores sociais, como os movimentos sociais de resistência que atuam na região da Pequena África, vem lutando contra o branqueamento do território que decorre através do Projeto Porto Maravilha que desencadeia o processo de gentrificação, atrelado a reformas urbanas e “higienização” social com as remoções na zona Portuária; da espetacularização da cultura afro-brasileira através da atividade turística moldada num turismo lucrativo que alimenta um Estado Neoliberal usufruindo de políticas localistas visando dispositivos de infraestruturas; e contra a degradação do lugar de memória.

Portanto, este trabalho buscou analisar como os territórios, dando foco a Pequena África, são apropriados e consumidos para o turismo, para o fortalecimento do racismo naturalizado e intitulado pelo Estado por questões atreladas ao capital econômico, viabilizando um aumento da desigualdade social, da segregação racial e desvalorização de uma cultura e da identidade de um povo num território.

Referências

ANGOTTI, Fabíola Belinger. Porto Maravilha em ação: uma perspectiva sociotécnica do lugar. In: Qualidade do lugar & Cultura Contemporânea: modos de ser e habitar as cidades. Porto Alegre: Sulina, 2016, p.294-319

BARBER, Mariah; MACKAY, Rhona. A História pouco conhecida da Pequena África na Zona Portuária do Rio de Janeiro. In RioOnWatch, 12 de julho de 2016. Disponível em: < <http://racismoambiental.net.br/2016/07/12/a-historia-pouco-conhecida-da-pequena-africa-na-zona-portuaria-do-rio-de-janeiro/> >

Acesso em julho de 2017.



BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do território. In: Correa, R.L.; Rosendhal, Z. (Org.). Geografia cultural: um século. EDUERJ, v.3, p. 83132, Rio de Janeiro, 2002.

CHELOTTI, Marcelo Cervo. Reterritorialização e Identidade Territorial. In: Sociedade & Natureza, Uberlândia, 22 (1): 165-180, abr. 2010. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/html/3213/321327197012/> > Acessado em: Setembro de 2017.

FERREIRA, Álvaro. O Projeto De Revitalização Da Zona Portuária Do Rio De Janeiro: Os Atores Sociais e Produção Do Espaço Urbano. In: Revista Electrónica De Geografía Y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788, 741-98 Vol. XIV, 2010 . Disponível em: < <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-331/sn-331-31.htm> > Acesso em julho de 2017.

GIANNELLA, Leticia de Carvalho. A produção histórica do espaço portuário da cidade do Rio de Janeiro e o projeto Porto Maravilha. In: Revista brasileira de geografia econômica - Espaço e Economia, anual II, número 3, 2013. Disponível em: < <http://espacoeconomia.revues.org/445> > Acesso em julho de 2017.

HAESBAERT, Rogério. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. In: Anais do X ENANPUR, São Paulo: 2005. Disponível em: < http://planificacion.geoamerica.org/textos/haesbaert_multi.pdf > Acessado em: Out/2017

LÉVESQUE, Benoît. Economia plural e desenvolvimento territorial na perspectiva do desenvolvimento sustentável: Elementos teóricos de sociologia econômica e de socioeconomia. In: Revista Política & Sociedade - ISSN 2175-7984, Florianópolis - SC - Brasil, nº 14, 2009.

MARTINS, Renato Domingues Fialho. O projeto Porto Maravilha e o rent gap de Neil Smith. In: Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg., V.17, N.3, p.195-214, RECIFE, SET./DEZ. 2015 <http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5027>

PERICO, Rafael Echeverri. Identidades e Territórios no Brasil. Disponível em: < http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Identidade_e_Territ%C3%B3rio_no_Brasil.pdf > Acesso em julho de 2017.

RIBEIRO, Lisyane Pereira. O Processo De Branqueamento Do Território Da Pequena África: Os Movimentos De Resistência Ao Projeto Porto “Maravilha” In: Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território, 2014. Rio de Janeiro. Disponível em: < <http://www.editoraletra1.com/anais-congeo/arquivos/978-85-63800-17-6-p1270-1277.pdf> > Acessado em setembro de 2017